

● MENSAGEM DO MINISTRO PAULO BERNARDO AOS SERVIDORES

Já no início do governo Lula, dentre as muitas prioridades urgentes e necessárias, o papel do servidor público na construção de um Brasil mais justo era considerado fundamental. Com esta visão, a primeira providência foi criar um canal de interlocução direto com os servidores, porque as pontes tinham sido queimadas e o conflito era o único instrumento presente nas relações trabalhistas entre as partes.

Foi assim que criamos já em fevereiro de 2003 a Mesa Nacional de Negociação Permanente que contou com a presença de seis ministros de Estado, uma prova da importância conferida pelo governo a este relacionamento.

Com o passar do tempo, o instrumento revelou sua importância e abriu caminho para uma mudança na cultura de sindicalistas e governo. Cada vez ficava mais claro que a Mesa deveria ser o fórum de discussões sobre todas as questões que afetam o servidor e não apenas reuniões sobre propostas de reajuste salarial.

Não é uma tarefa fácil. Sabemos o desafio que isso implica, mas acreditamos nesse processo de negociação. Estamos convictos de que este é o caminho. Desde 2003 vimos trabalhando em ações de valorização do servidor público das quais queria destacar:

- Negociações setoriais que resultaram na estruturação ou reestruturação de 51 carreiras e 112 tabelas remuneratórias;
- Criação da Ouvidoria do servidor;
- Aumento do ticket alimentação;
- Destinação de 70% dos cargos de confiança para

servidores;

- Devolução do Plano de Seguridade Social – PSS;
- Pagamentos de exercícios anteriores em 2004 e 2005;
- Pagamento de passivos antigos, históricos, como os 47,11% aos servidores do INSS e da seguridade social;
- Crédito consignado com desconto em folha para o servidor;
- Recomposição da força de trabalho no serviço público com a autorização de 60.466 novas vagas, sendo 19.576 para substituir servidores terceirizados.

Esse conjunto de ações representou um investimento na folha de pagamentos da União de R\$ 3,9 bilhões em 2003, R\$ 10,4 bilhões em 2004 e R\$ 8,6 bilhões em 2005.

Muito já foi feito no Governo Lula para valorizar o servidor público e pretendemos ampliar as ações com investimento na prevenção da saúde do servidor através do programa de saúde ocupacional, cujos projetos-piloto foram lançados em Brasília, Recife, Florianópolis e Rio de Janeiro.

Está em fase final a regulamentação da aposentadoria especial e dos planos de saúde de forma a que se tenha um benefício mais igualitário entre os vários órgãos da administração pública federal.

Desta forma, enquanto trabalhamos juntos para construir o Brasil de todos nós, mais justo e mais preparado para atender à população brasileira, desejo-lhes muita felicidade neste Dia do Servidor.

Paulo Bernardo Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão

● PROJETO DE SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR COMEÇA A SER IMPLANTADO

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e o secretário de Recursos Humanos, Sérgio Mendonça, lançaram nesta quinta-feira, 27.10, quatro projetos-piloto voltados para a proteção da saúde do servidor denominado Sistema Integrado de Saúde ocupacional do servidor público civil federal – SISOSP. Com a implantação do Sistema, que deverá custar cerca R\$ 100 milhões/ano quando finalizado, a administração pública pretende reverter o quadro atual e substituir as ações de recuperação da saúde por prevenção e promoção.

Segundo estimativas preliminares da Secretaria de Recursos Humanos, com base em estudos de organizações mundiais de saúde, para cada R\$ 1,00 investido em prevenção economiza-se cerca de R\$ 16,00 ao combater as doenças ocupacionais, diminuindo os afastamentos por doença, o absenteísmo ou as aposentadorias por invalidez.

O crescimento das aposentadorias por invalidez têm preocupado a administração pública federal. Nos últimos cinco anos, custaram à União cerca de R\$ 2 bilhões por ano, numa média anual de cerca de 27% do total das aposentadorias, percentual considerado muito alto quando comparado com o setor privado que é de 16% (no ano de 2004).

Com o SISOSP, o governo pretende implantar na administração pública federal diretrizes e ações que já existem no Regime Geral de Previdência desde 1977, por meio das normas de saúde e segurança do trabalho.

Assim, numa primeira etapa serão implantados quatro projetos-piloto no Rio de Janeiro, Florianópolis, Distrito Federal e Recife que irão beneficiar cerca de 191 mil servidores.

Os quatro projetos envolverão a participação direta de 656 profissionais da área de saúde do serviço público que

atuarão com parceiros locais. No Rio, os parceiros serão a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Fiocruz; em Brasília, a UnB; em Florianópolis, o SUS estadual e em Recife a GEAP e o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura. Com a consolidação dos projetos-piloto, o Sistema será ampliado para os demais Estados da Federação.

O SISOSP engloba atividades de perícia médica, perícia em saúde, readaptação e reabilitação funcional e vigilância em saúde.

Todas as atividades serão operacionalizadas pelos parceiros tais como: emissão de laudos de avaliação ambiental; laudos para concessão de adicionais de insalubridade, adicional de radiação ionizante e gratificação de Raios X; laudo para aposentadoria especial, (depois que for regulamentada) e a realização de perícias e juntas de saúde.

Os profissionais que atuam na área de perícia médica dos órgãos da administração pública serão convidados a ingressar no SISOSP, mas manterão o vínculo com o órgão

de origem. As perícias médicas dos órgãos serão substituídas pelo parceiro institucional devidamente conveniado com o Ministério do Planejamento.

O Ministério do Planejamento, como órgão coordenador, disporá de um sistema informatizado que fará o acompanhamento e a supervisão das ações do SISOSP que terão início por meio da avaliação das condições de trabalho dos servidores. A partir daí terão início as etapas seguintes de perícia em saúde, readaptação e reabilitação funcional.

Através do SISOSP, a administração pública terá um retrato das questões do ambiente de trabalho de cada segmento de servidores, as áreas em que são mais afetados, quem está com problemas de saúde ocupacional, tornando mais fácil o planejamento de ações de prevenção.

Com o SISOSP tem início na administração pública federal um processo de transformação no tratamento das ações de saúde do servidor.

[Clique aqui para ler apresentação do ministro](#)

INSS E SETE MINISTÉRIOS ADEREM À OUVIDORIA DO SERVIDOR

Instalada em 2003, a Ouvidoria do Servidor completa dois anos de atividades neste 28 de outubro de 2005 atingindo a marca de mais de 10.300 mensagens e sendo ampliada com a instalação de oito subouvidorias.

Em solenidade realizada na quarta-feira, 26, a secretária-adjunta de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MP), Marilene Ferrari Lucas, instalou as ouvidorias do INSS, e dos Ministérios de Ciência e Tecnologia; Educação; Fazenda; Trabalho e Emprego; Transportes; Saúde; e Previdência Social. Além dessas oito, também a Presidência da República já havia aderido ao sistema.

Todas elas têm autonomia, mas são vinculadas à ouvidoria central. Portanto, para o servidor que desejar enviar sua mensagem, o endereço não muda. Continua sendo www.ouvidoriadoservidor.gov.br. Cada mensagem recebida é tratada pela ouvidoria do órgão central e encaminhada para o setor que domina o assunto a que ele se refere, seja uma das coordenações gerais da SRH/MP, seja um dos ministérios setoriais.

Com a criação das subouvidorias, o trabalho será mais descentralizado, ou seja, o ministério setorial não precisará retornar a mensagem à ouvidoria central, poderá responder diretamente a quem fez a consulta.

Se a mensagem disser respeito, por exemplo, a um assunto ligado à área de seguridade, ela é encaminhada para o coordenador-geral de Seguridade Social da SRH/MP,

que prepara a resposta para a ouvidoria central. Mas se for algo que diga respeito ao Ministério do Trabalho, por exemplo, o próprio ministério trata da informação recebida e responde diretamente a quem fez a consulta, seja ele um cidadão-usuário, um servidor do Ministério do Trabalho ou um servidor de qualquer outro órgão.

Com a instalação das ouvidorias, segundo destacou o secretário de Recursos Humanos, Sérgio Mendonça, está sendo propiciado ao servidor, em termos práticos, um espaço de comunicação onde ele pode interagir com a administração pública federal. Sem precisar sair de casa, ele pode tanto reclamar, denunciar e pedir esclarecimentos, quanto elogiar ou dar sugestões.

Mendonça lembrou, ainda, que as mensagens recebidas nesses dois anos têm ajudado também os dirigentes a perceberem necessidades de mudanças em determinadas áreas. Segundo ele, a ouvidoria ajuda a verificar quando determinado modelo de gestão ou ação de governo não está funcionando bem.

“Quando se recebe muitas críticas sobre determinada ação ou modelo de gestão é um sinal claro de que aquilo precisa ser melhorado ou até eliminado”, explicou Mendonça. “Fica claro para o administrador que aquela ação que está sendo executada tem trazido problemas. É um sinalizador, um instrumento para ajudar o administrador a reavaliar a gestão”, completou.

SÍTIO DO SERVIDOR DE CARA NOVA

O sítio do Servidor passou por uma grande reformulação.

Durante um bom tempo, técnicos da Assessoria de Comunicação Social e da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão trabalharam para disponibilizar aos servidores públicos federais um novo sítio.

Esse trabalho buscou, principalmente, modernizar o leiaute, modificar o visual (tornando-o mais leve e moderno),

aprimorar o conteúdo, bem como facilitar a navegação.

Sua participação, por intermédio de opiniões, críticas e sugestões é imprescindível para que possamos, cada vez mais, aprimorar nossos serviços, sempre em benefício do servidor público federal.

O novo sítio entrará no ar no início da próxima semana.

